

CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – COEMA**Processo nº 12576/2021****Auto de Infração nº AUT-2-S/21-04-00336/GEFLOR****Interessado: MADEARTE MADEIRAS E ARTEFATOS LTDA-ME****RELATÓRIO**

01. O presente processo administrativo teve início com a lavratura, em **14/04/2021**, do Auto de Infração nº **AUT-2-S/21-04-00336/GEFLOR**, contra **MADEARTE MADEIRAS E ARTEFATOS LTDA-ME**, desenvolvendo a atividade de apresentar informações falsas, em face de elaborar ou apresentar informação, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso, enganoso ou omissivo, seja nos sistemas oficiais de controle, seja no licenciamento na concessão florestal ou em qualquer outro procedimento administrativo ambiental, sendo o local da infração neste Estado, na Rodovia PA 192, Km 64, vicinal do conjunto de glebas MAMURU, Km 65, no município de Santarém, latitude S 03° 06' 13,022" e longitude W 56° 08' 30,231". Localizada na Rua Distrito Industrial, Setor A, Quadra 2, Lote 11 A, s/nº – Distrito Industrial, CEP 67.035-330, violando, assim, o Art. 82 do Decreto Federal nº 6.514 de 2008, enquadrando-se no Art. 118, I e VI da Lei Estadual nº 5.887 de 1995, em consonância com o Art. 70 da Lei Federal nº 9.605 de 1998.

02. No ato da lavratura do Auto de Infração nº **AUT-2-S/21-04-00336/GEFLOR**, não consta assinatura de testemunhas.

03. No dia **23/04/2021**, foi realizado o Relatório de Fiscalização nº **REF-2-S/21-04-00377**.

04. Autor apresentou defesa escrita tempestiva, requerendo a nulidade do Auto de Infração nº **AUT-2-S/21-08-00673/GEFLOR**, alegando inconstitucionalidade e ilegalidade do Art. 82 do Decreto Federal nº 6.514 de 2008, além do cerceamento do direito de defesa. Caso não seja esse o entendimento, que os autos sejam remetidos ao agente fiscal, ou que seja aplicada a penalidade de advertência.

05. O Parecer Jurídico nº **32673/2022 – CONJUR/GABSEC**, de **12/04/2022**, recomendou a manutenção do Auto de Infração nº **AUT-2-S/21-04-00336/GEFLOR**, em razão da violação no Art. 82 do Decreto Federal nº 6.514 de 2008, enquadrando-se no Art. 118, VI da Lei Estadual nº 5.887 de 1995 e em consonância com os Arts. 69-A e 70 da Lei Federal nº 9.605 de 1998, **sugerindo que seja aplicada ao infrator a penalidade de multa simples no valor de 100.000 (cem mil) UPF's.**

06. No dia **20/05/2022**, a Manifestação Jurídica nº **11422/CONJUR/GABSEC/2022** aplicou ao autuado a penalidade de multa simples no valor total de 100.000 (cem mil) UPF's, devendo ser providenciado recolhimento no prazo máximo de 10 (dez) dias.

07. Foi protocolado, sob o nº 2022/19088, Recurso Administrativo, requerendo a nulidade do Auto de Infração nº AUT-2-S/21-04-00336/GEFLOR, por apresentar claudicância formal e material, e seja julgado improcedente. Ademais, a recorrente afirma não ter apresentado quaisquer informações falsas.

08. Em 22/08/2022, a Manifestação Jurídica nº 11959/CONJUR/GABSEC/2022 resolve direcionar os autos ao COEMA para análise, levando em consideração o Art. 29, §2º da Lei nº 9.575 de 2022, que prevê a prescrição intercorrente sobre o processo punitivo prescrito por mais de 3 (três) anos e a quinquenal nos casos em geral.

VOTO

09. Compulsando estes autos, deparo-me com alentada defesa da Autuada, ante a penalidade que lhe foi imputada: “Com base no documento nº 2018/22495, que consta o Ofício nº 245-2018-DJ-ITERPA, a empresa MADEARTE- MADEIRAS E ARTEFATOS EIRELI-ME, CNPJ 22.927.784/0001-30, foi autuada através do AUT-2-a/21-04-00336, por elaborar ou apresentar informação, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso, enganoso ou omissos, seja nos sistemas oficiais de controle, seja no licenciamento, na concessão florestal ou em qualquer outro procedimento administrativo ambiental”, refutando veementemente a autuação, alegando não ter conhecimento da razão motivadora da autuação.

Com fulcro nos princípios legais e constitucionais da ampla defesa, do contraditório, do devido processo legal, alinha doutrina e, julgados dos Tribunais Superiores neste sentido, sem, no entanto, abordar em momento algum, fato concreto que possa ter gerado a autuação, violando os princípios que menciona.

Compulsando estes autos, deles consta o RELATORIO DE FISCALIZAÇÃO nº REF-2-S/21-04-00377 que, pela sua clareza e concisão, ora colacionamos abaixo:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO: REF-2-S/21-04-00377



SETOR RESPONSÁVEL GEFLOR - Gerência de Fiscalização Florestal			
DEMANDA D-21-04/00625	INFRATOR Identificado	DATA DA AÇÃO 14/4/2021	MUNICÍPIO Santarém
OBJETIVO Realizar procedimentos infracionais			
DESCRIÇÃO DE ACESSO Rodovia PA-192 no km 64, vicinal do conjunto de glebas Mamuru, km 65.			
DA FISCALIZAÇÃO <p>O documento nº 2018/22495 que consta o Ofício nº 245-2018-DJ-ITERPA, foi encaminhado a esta Diretoria de Fiscalização - DIFISC para conhecimentos e demais providências, a fim de que se procedesse com autuação, se necessário, da empresa MADEARTE MADEIRAS E ARTEFATOS EIRELI-ME, CNPJ: 22.927.784/0001-30, no município de Ananindeua/PA.</p> <p>Após leitura processual, verificou-se que existe o Parecer Jurídico nº 24715/2019, no qual contém informações acerca do conteúdo do Ofício nº 245-2018-DJ-ITERPA, documento SEMAS nº 2018/22495, o qual informa que a Certidão de autenticidade com localização expedida pelo ITERPA sob o número de ordem nº 37, livro 15 e fls. 01, trata-se de reprodução de documento não expedido pelo Instituto de Terras do Pará.</p> <p>Sendo assim, no dia 14 de abril de 2021 foi lavrado na Diretoria de Fiscalização desta Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS o Auto de Infração Ambiental nº AUT-2-S/21-04-00336, por elaborar ou apresentar informação, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso, enganoso ou omissão, seja nos sistemas oficiais de controle, seja no licenciamento, na concessão florestal ou em qualquer outro procedimento administrativo ambiental.</p>			
CONCLUSÃO <p>Com base no documento nº 2018/22495 que consta o Ofício nº 245-2018-DJ-ITERPA, a empresa MADEARTE MADEIRAS E ARTEFATOS EIRELI-ME, CNPJ: 22.927.784/0001-30, foi autuada através do AUT-2-S/21-04-00336 por elaborar ou apresentar informação, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso, enganoso ou omissão, seja nos sistemas oficiais de controle, seja no licenciamento, na concessão florestal ou em qualquer outro procedimento administrativo ambiental.</p>			



Transcrevendo o parágrafo segundo: “Após leitura processual verificou-se que existe o Parecer Jurídico nº 24715/2019, no qual contém informações acerca do conteúdo do Ofício nº 245-2018-DJ-ITERPA, documento SEMAS nº 2018/22495, o qual informa que a Certidão de autenticidade com localização expedida pelo ITERPA sob o número de ordem nº 37, livro 15 e fls. 01, **trata-se de reprodução de documento não expedido pelo Instituto de Terras do Pará.** (grifo nosso)

Ademais, esse documento originou o Processo Judicial Eletrônico, oriundo da Corregedoria das Comarcas do Interior que tramitou junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará sob o nº **0000769-83-2021.2.00.0814**, protocolado sob o nº **2022/256157 de 04/03/2022 (SERVENTIA EXTRAJUDICIAL – IMÓVEL COM IRREGULARIDADE REGISTRAL)**

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

DOCUMENTO			PROTOCOLO ELETRÔNICO	
Espécie	Data	Número	Data	Número do Protocolo
OUTROS	23/02/2022	S/N	04/03/2022 11:38	2022/256159
Procedência:	Entidade Externa			
Interessado:	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARA			
Assunto:	MEIO AMBIENTE			
SubAssunto:				
Complemento:	PJEOR Nº 000769-83.2021.2.00.0814 (SERVENTIA EXTRAJUDICIAL – IMÓVEL RURAL - IRREGULARIDADE REGISTRAL)			
Origem:	SEMAS - GEPAT - SM1			
Anexo/Sequencial:	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13			

Entendemos, que o processo judicial, cuja capa ora colacionamos, é o fulcro da infração à legislação ambiental e agrária, capitulada no Auto de Infração ora em julgamento.

Este Relator não encontra, embora analisado com muita atenção, as violações aos princípios constitucionais que alega a D. Patrona da Autuada, nem supedâneo nos julgados também colacionados, reforçando suas teses.

10. Isto posto, entendo S.M.J. plenamente viável suscitar de ofício, manifesto-me pela manutenção da multa simples no valor de 100.000 UPF's, do Auto de Infração nº **AUT-2-S/21-04-00336/GEFLOR**.

Belém (PA), 06 de outubro de 2022.

Ana Paula L

FAEPA

Vilson João Schuber

Conselheiro Relator - FAEPA

*De acordo
com parecer
voto
Vilson
Foresman*